

A COMPLEXIDADE DA NAÇÃO ISRAELENSE

MY PROMISED LAND: THE TRIUMPH AND TRAGEDY OF ISRAEL

de Ari Shavit (Ed. Spiegel & Grau, Nova Iorque, 2013)

resenha de Daniella Köhnen Abramovay¹

A questão israelo-palestina permanece entre os assuntos mais pesquisados e abordados por acadêmicos pelo mundo todo. O livro “My Promised Land: the triumph and tragedy of Israel” de Ari Shavit corresponde a uma das últimas contribuições relevantes para o tema. Lançado e aclamado recentemente nos Estados Unidos, prevê-se que o livro – que ultrapassa a problemática israelo-palestina - será traduzido e publicado no Brasil em breve.

Ari Shavit é um renomado jornalista israelense que trabalha para o jornal Haaretz desde 1996. Sua postura política pode ser considerada de esquerda, pois o autor não poupa críticas a determinadas políticas sociais e econômicas do governo israelense. Posiciona-se contrário à ocupação e aos assentamentos e a favor da solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino.

Em relação ao Irã, no entanto, o autor adota postura mais reacionária ao identificar-se com a atual posição do governo israelense de não negociação com o governo iraniano sobre a questão nuclear.

Em “My Promised Land”, Shavit narra a trajetória histórica de Israel desde 1897, quando seu bisavô, o britânico Herbert Bentwich, visitou a Palestina pela primeira vez. Sua análise compõe-se de relatos pessoais, entrevistas e experiências próprias. Cada capítulo do livro aborda uma temática diferente, mas crucial para entender a formação do Estado de Israel, do movimento sionista e de suas repercussões e desdobramentos.

¹ Pesquisadora, formada em História pela Universidade de São Paulo e Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente, faz pós-graduação em Global Affairs na New York University (NYU).

O subtítulo do livro, “The triumph and tragedy of Israel”, refere-se aos triunfos e tragédias inerentes à Israel, à sua criação e à sua continuidade como nação. Triunfos estão relacionados às vitórias obtidas pelo projeto sionista que, por meio de disciplina, comprometimento e devoção, superaram todos obstáculos e construíram a nação israelense. Lograram vencer as condições físicas da terra, sua característica desértica, e as hostilidades que provinham da população nativa e dos países vizinhos. Venceram o Holocausto e a dizimação de toda uma comunidade. Tragédias relacionam-se com a forma que o projeto sionista foi conduzido, sobretudo, a desconsideração à população autóctone, à expulsão dos palestinos, à destituição de suas casas e à ocupação.

Shavit argumenta que a história de Israel e suas escolhas políticas, sociais e econômicas apenas podem ser compreendidas dentro de uma lógica dual, na qual o país é caracterizado, concomitantemente, por ocupação e intimidação. Esses dois pilares tornam a situação de Israel complexa e até mesmo única. Segundo o autor, “(...) Israel é a única nação no Ocidente que ocupa outro povo (...) Israel é a única nação no Ocidente que tem a sua existência ameaçada.”² Dessa forma, na visão de Shavit, o grande erro de análise da situação israelense decorreria do fato de que os autores de esquerda concentram-se apenas na ocupação e os de direita, somente na intimidação sofrida. Os dois elementos, defende Shavit, devem ser igualmente estudados e ponderados para que a correta compreensão possa ser alcançada.

A nobreza do livro encontra-se no fato de que o autor adota uma perspectiva realista e equilibrada. Shavit restringe-se aos fatos históricos, mas os aborda com sensibilidade e consideração. Apesar de amar totalmente seu país – ou justamente por amar totalmente seu país – , é capaz de reconhecer – e lamentar – as atrocidades e injustiças cometidas aos palestinos por diferentes membros da sociedade israelense. Shavit não foge da verdade, por mais cruel que possa vir a ser. Assim como um historiador, que tem a função de estudar os acontecimentos do passado e não imaginar cenários alternativos, o autor procura contar a história de Israel tal como ela é, sem cortes ou tabus. Lydda e Gaza. Ofra e Hulda. Triunfo e tragédia.

Ao narrar a viagem de seu bisavô para a Palestina em 1897, Shavit mostra como os primeiros sionistas instalarem-se na Palestina estavam imbuídos de um espírito romântico, idealizador e até ingênuo. Devido aos pogroms na Romênia, Rússia e Polônia,

² p.xii Israel is the only nation in the West that is occupying another people(...)Israel is the only nation in the West that is existentially threatened.”

o estabelecimento do Estado judaico tornava-se um imperativo moral, uma vez que o sionismo representava a única alternativa para os refugiados judeus. Por essa razão, o autor aponta que os pioneiros adotaram uma “cegueira seletiva”, porque não viram ou não quiseram ver a população que já existia no território, suas casas ou, até mesmo, os serviços que lhes prestaram durante a estadia. Embora a Palestina já fosse composta por meio milhão de pessoas (árabes, beduínos e drusos), o desespero de encontrar refúgio, um local de salvação para a população judaica, impelia aqueles primeiros sionistas a seguir em frente e a desconsiderar os futuros desdobramentos de suas ações.

O autor associa o início das hostilidades entre judeus e árabes ao ano de 1936. O aumento das perseguições à comunidade judaica na Europa resultou em expressivo aumento migratório para a Palestina. Ao notarem o aumento da presença judaica em seu território, os locais rebelaram-se, dando início à revolta coletiva do movimento nacional árabe-palestino. Ainda que, confrontos entre judeus e árabes já tivessem ocorrido no passado, de forma esporádica e dispersa, a decisão da comissão Peel³ de dividir o território trouxe recrudescimento da violência e o inevitável choque entre os dois movimentos de libertação, o árabe-palestino e o judaico. Shavit relata como o sionismo inicial, ingênuo e idealista, tornara-se agressivo e violento, movido pelo medo de extinção que também acometia a população árabe. O movimento irá adequar-se, militar e psicologicamente, à nova situação; sob o lema de “Masada nunca mais”⁴, os sionistas pregarão que apenas os que estiverem dispostos a morrer pela pátria conseguirão nela sobreviver.

Ao tratar sobre a guerra de 1948, Shavit relata as atrocidades cometidas contra os palestinos, sobretudo, na vila árabe de Lydda. Em apenas três dias, a cidade foi assolada por assassinatos, tortura e deportação. Milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas, suas posses, e também, suas memórias relacionadas àquela terra. Shavit mostra como a coluna de Lydda marcou para sempre a memória das pessoas que presenciaram essa desgraça, assim como das que atuaram na tragédia.

No relato do episódio de Lydda, o autor deixa transparecer grande empatia pelas vítimas e pelo seu sofrimento, no entanto, reconhece que esse episódio é parte

³ A Comissão Peel, também intitulada Comissão Real Palestina, era uma comissão real inglesa de investigação, criada em 1936 e liderada pelo Lorde Peel. A Comissão objetivava investigar as causas dos recentes distúrbios observados na Palestina entre judeus e árabes. Em 1937, a Comissão Peel publicou um relatório em que recomendava a divisão da Palestina em dois Estados, um judeu e um árabe.

⁴ Lema elaborado por Shmaryahu Gutman, líder sionista, que organizava excursões de jovens judeus à Masada, com o objetivo de unificá-los sob um revitalizado movimento sionista.

integrante do sionismo. A localização central de Lydda representava obstáculo para o projeto sionista e, portanto, para o estabelecimento do Estado judaico. Para Shavit, a conquista da cidade e a expulsão da sua população árabe foram planejadas pelos sionistas. A aceitação do sionismo, portanto, implica a aceitação do massacre pois “Lydda é parte integral e essencial da nossa história... ou rejeitamos o sionismo por causa de Lydda, ou aceitamos o sionismo com Lydda”.⁵ Israel e, em última instância, o próprio autor, não poderiam ter nascido caso Lydda não houvesse ocorrido. Shavit considera hipócritas as pessoas que desfrutam dos dividendos, o mais significativo deles a criação do Estado de Israel.

Há, contudo, quem discorde do autor nesse ponto crucial. Alguns acadêmicos, como Jerome Slater, defendem que a violência não era necessária, que a retirada dos palestinos poderia ter ocorrido de forma voluntária e com compensação financeira. Outros, como John B. Judis, argumentam que o projeto de Estado binacional, simbolizado por Ahad Ha’am e pelo movimento Brit Shalom, poderia ter prevalecido a fim de evitar o ciclo de violência que se seguiu à criação do Estado de Israel em 1948.

A discussão sobre a inevitabilidade da expulsão dos palestinos para a criação do Estado judaico continuará sendo objeto de polarização acadêmica e política. Shavit, no entanto, aponta ao argumentar que a verdadeira solução do conflito israelo-palestino poderá apenas decorrer de profunda reconciliação entre os dois povos: do entendimento da dor do outro, da sua absorção e do seu perdão. Apenas quando os dois povos conseguirem entender as razões da frustração e da agressividade do outro e, realmente, identificarem-se com ela, é que paz duradoura poderá ser alcançada.

Shavit apresenta, igualmente, o outro lado da guerra de 1948. Milhares de judeus que conseguiram salvar-se do Holocausto imigrando para a Palestina. Indivíduos que tiveram, na Europa, seus familiares mortos, suas posses roubadas, suas casas invadidas, mas que conseguiram encontrar esperança na Palestina. Esses imigrantes não apenas superaram o seu trágico passado mas também triunfaram. Dentre eles, o escritor Aharon Appelfeld, o jurista Aharon Barak e o professor Ze’ev Sternhell. Três eminentes personalidades israelenses que simbolizavam a sobrevivência de Israel e auguravam o seu futuro promissor. A criação do Estado de lhes deu euforia, ânimo e alegria como não achavam que sentiriam novamente.

⁵ p.131“(...)Lydda is an integral and essential part of our story...either reject Zionism because of Lydda, or accept Zionism along with Lydda.”

Shavit mostra que os imigrantes queriam recomeçar. Adotavam um novo nome, aprendiam hebraico, trabalhavam no kibbutz, entravam para o exército, tornavam-se israelenses. Afinal, “Somente como israelense ele pôde deixar de ser objeto da história para tornar-se sujeito da história. Apenas como israelense ele poderia ser dono do seu próprio destino.”⁶ Todos tentavam se reabilitar, se redescobrir, se redefinir e, acima de tudo, se curar dos traumas do passado. Eram agrônomos, cientistas, arquitetos, engenheiros, artistas; contribuía, da sua forma, para o desenvolvimento do país. Investiam em seus filhos, principalmente na sua educação, porque sabiam que a nova geração simbolizava o futuro do país sem a pesada memória do passado.

A construção do Estado-Nação entusiasmava e impulsionava. O projeto estadista e monolítico de Ben-Gurion triunfava. Auxiliado pelas reparações financeiras feitas pela Alemanha e pelo crescimento econômico ancorado em projetos nacionais de moradia, modernização da agricultura, industrialização, infraestrutura e educação, Israel emergia. Shavit mostra, contudo, que as realizações eram frutos da supressão do indivíduo, de seu passado e de sua dor. Segundo o autor, “Conforme o Estado tornava-se o total, o indivíduo era marginalizado. Conforme marchava rumo ao futuro, Israel apagava o passado. Não havia espaço para cenários anteriores, não havia espaço para identidades anteriores.”⁷

Para ele, quatro negações propiciaram o estabelecimento do Estado de Israel: a negação do passado e do desastre palestino, e a negação do passado e da catástrofe judaica. “(...)Foram apagados da memória a terra de antes e a diáspora de antes, a injustiça feita a eles e o genocídio feito a nós.”⁸ Ignoravam-se os 700 mil refugiados palestinos. Construía-se cidades israelenses sobre suas casas demolidas, substituía-se os nomes das vilas. Silenciavam a memória dos sobreviventes do Holocausto, já que não havia espaço no país para suas dores, ou para ouvir suas histórias. A nação ainda precisava amadurecer. Na visão de Shavit, a concentração da nação israelense precisava ser absoluta, diante das ameaças simultâneas de perseguição na Europa e dos ataques militares árabes.

⁶ p.153 “(...)Only as an Israeli could he turn from being an object of history to being a subject of history. Only as an Israeli could he be the master of his own fate.”

⁷ p.151 “(...)As the state became everything, the individual was marginalized. As it marched toward the future, Israel erased the past. There was no place for the previous landscape, no place for previous identities.”

⁸ p.162 “(...) Erased from memory are the land that was and the Diaspora that was, the injustice done to them and the genocide done to us.”

Em “My Promised Land”, dois momentos militares na história de Israel, a guerra de Seis Dias e de Yom Kippur, são analisados. O primeiro representou o triunfo do sionismo dado o aumento territorial do país, gerou otimismo e entusiasmo. O segundo expôs as fraquezas do Estado, provocou desesperança e desânimo. Shavit argumenta que, frente a esses dois acontecimentos, sobretudo o de 1973, observam-se duas respostas distintas do governo e da sociedade israelense. A direita sonhou com “uma grande Israel” e a esquerda, com “uma grande paz”.

O autor mostra que a inauguração da idéia de “uma grande Israel” associa-se com o movimento Gush Emunim que, constituído de jovens religiosos mas pragmáticos, estabeleceu o primeiro assentamento, Ofra, em 1975. Contrários aos valores democráticos e seculares do sionismo, queriam resolver o que consideravam ser a crise política e espiritual de Israel, trazendo a religião para o centro do sionismo. Não mediam as conseqüências de suas ações, apenas agiam como lhes parecia apropriado. Com a ascensão do Likud, começaram a beneficiar-se de incentivos sociais, econômicos e políticos.

Shavit condena veementemente a existência e a continuidade dos assentamentos. Alega que o movimento opõe-se aos valores e às ações sionistas. Segundo o autor, “Os assentamentos colocaram o pescoço de Israel na corda(...) O colonialismo de Ofra faz o mundo considerar Israel como uma entidade colonialista. Mas porque no século 21 não há espaço para uma entidade colonialista, o Ocidente está gradualmente virando as costas para Israel.”⁹

O posicionamento do autor assemelha-se com o de David Ben-Gurion que propôs, pós 1967, a retirada unilateral de Israel dos territórios ocupados. Contrariamente do que defende Shavit, a atual administração israelense continua a promover a expansão dos assentamentos em território reconhecido internacionalmente como parte do futuro Estado palestino. Alega razões de segurança nacional, todavia, investe nos colonos o que poderia investir na defesa de suas fronteiras e em infraestrutura e capital humano.

O próprio autor testemunhou a imoralidade da ocupação. Por ser reservista, serviu como guarda em uma prisão israelense em Gaza em 1991. De sua experiência, escreveu “On Gaza Beach”. Nele, o autor relatou as torturas cometidas, o medo no olhar

⁹ p.220“(…) The settlements have placed Israel’s neck in a noose(...)Ofra’s colonialism makes the world perceive Israel as a colonialist entity. But because in the twenty-first century there is no room for a colonialist entity, the West is gradually turning its back on Israel”.

dos prisioneiros, jovens e até crianças, cujo crime havia sido jogar pedras para protestar ou para defender-se. “ Gaza é claro e simples. É a epitome do absurdo da ocupação (..) Ela corroe a nossa própria existência e destrói a legitimidade da nossa existência.” ¹⁰ Diferentemente do resto do seu livro, em que Shavit sempre procura contrabalançar visões e argumentos, neste episódio o autor não tenciona entender ou aceitar; pelo contrário, questiona e critica o que considera inexplicável.

Para escrever sobre a concepção de “uma grande paz”, formulada pela esquerda acadêmica - Ze’ev Sternhell, Menachem Brinker e Avishai Margalit -, e política - Yossi Sarid - Shavit dialoga com vários atores, entre eles, um dos principais artífices dos Acordos de Oslo, Yossi Beilin e o escritor Amos Oz, que, de formas distintas, envolveram-se na promoção da paz. O próprio autor, quando jovem, participou de associações, seminários e distribuiu panfletos pela causa. Conta que, na sua geração, a paz fazia parte do imaginário coletivo, representava um imperativo emocional, moral e intelectual; era buscada, no entanto, de forma superficial, sem realmente apurar as possibilidades para o seu êxito.

Para Shavit, o movimento pela paz fracassou. Seus formuladores, ao lidarem apenas com a problemática da ocupação, ignoraram outros temas que eram igualmente ou mais importantes do que os assentamentos: o reconhecimento de Israel e do sionismo, o choque de identidades entre judeus e árabes e a questão dos refugiados, sobretudo o desejo de retornar às suas moradias originais. Ao tratar das iniciativas de paz na década de 1990, o autor conclui que Israel foi ingênuo e até arrogante de pensar que a paz dependia apenas dele. Os desdobramentos dos acordos de Oslo –a rejeição de Arafat, o massacre de Hebron e o assassinato de Rabin- explicitaram a improbabilidade da paz naquele momento.

A maioria dos ativistas sente-se desolado e pessimista. Consideram que a oportunidade foi perdida. Destoa-se deles o escritor Amos Oz, o qual considera os acordos de Oslo vitoriosos porque conseguiram superar o principal obstáculo do conflito: a parede cognitiva que existia entre os dois povos foi derrubada – depois de Oslo , podiam detestar-se, mas conseguiam, ao menos, enxergar-se.

O maior erro da esquerda israelense, segundo Shavit, está na crença de que o final da ocupação levaria à paz. A ocupação deve acabar porque implica um desastre moral,

¹⁰ p.235 Gaza is clear and simple. It is the epitome of the absurdity of the occupation(..)It corrodes our very existence and it erodes the legitimacy of our existence.”

demográfico e político. A paz, contudo, não será obtida enquanto outros temas não forem igualmente considerados e resolvidos. Dentre eles, o principal continua sendo a forma como se deu a criação do Estado de Israel, por meio da expulsão dos palestinos e da demolição de suas casas. Para Shavit, os assentamentos não são o cerne da questão, mas as cidades e as vilas palestinas que foram queimadas e destruídas para poderem hospedar o Estado judaico. Os ativistas gritam ao falar dos colonos, mas silenciam ao tratar dos refugiados palestinos. Visitando a antiga cidade árabe de Hulda, ao lado de um refugiado palestino, escutando os seus rancores e desapontamentos, Shavit compreende essa lição e observa “(...) por duas gerações, o pecado de Ofra encobriu o pecado de Hulda. Mas Hulda está aqui. Hulda está aqui para ficar. E Hulda não tem solução. Hulda diz que a paz não ocorrerá.”¹¹

Em “My Promised Land”, Ari Shavit traz elementos para reflexão que são, em grande parte, esquecidos pela academia e imprensa dominantes. Assuntos que contribuem para verdadeiro entendimento do conflito israelo-palestino e para a compreensão de suas sociedades. Um deles é a história pessoal e a trajetória política de Aryeh Deri, fundador do partido Shas. O autor relata a emergência desse estudioso ultraortodoxo que se tornou o líder da comunidade sefardita em Israel. Marroquino, Aryeh Deri capitalizou o sentimento de inferioridade e humilhação que assolava os judeus árabes (mizrachim) que imigraram para Israel nas décadas de 1960 e 1970 e deparam-se com um país que não sabia como acolhê-los. Shavit explica como o projeto sionista fora concebido, visando beneficiar os judeus perseguidos da Europa Oriental. Não sabia lidar com judeus provenientes dos mesmos países árabes que combatiam militarmente. Desconhecia a história, cultura e o idioma dos recém-chegados.

Esses novos imigrantes tiveram que se estabelecer em bairros afastados e com pouco desenvolvimento econômico, sofriam preconceitos e mal tratos. Tinham que suprimir sua identidade e provar diariamente que haviam sido assimilados, porque a hegemonia trabalhista asquenazim – a coluna do Estado judaico - não podia ser ameaçada. Apesar de atenuada, a rivalidade entre as comunidades sefardita e asquenaze ainda marca a sociedade israelense e as suas escolhas partidárias. Na atualidade, todavia, os sefarditas não constituem minoria, compõem metade da população do país. Tendo isso em vista, Shavit mostra como torna-se imperativo aprender sobre a história

¹¹ p.266 “(...)for two generations, the sin of Ofra obscured the sin of Hulda. But Hulda is here. Hulda is here to stay. And Hulda has no solution. Hulda says peace shall not be.”

dessa comunidade e sobre a influência que exerce sobre Israel; principalmente, tendo em conta que o projeto político encabeçado por Deri teve vida curta.

Para Shavit, no entanto, o ano de 1967 representa o início do período de desintegração do projeto sionista e, conseqüentemente, de deterioração de tudo o que foi alcançado e mantido arduamente nas décadas anteriores. Para o autor, a desintegração da república israelense decorreu da emergência de novos atores políticos, entre eles, os colonos, os ativistas pela paz, os judeus árabes, os ultraortodoxos e os cidadãos palestinos de Israel. Apesar de suas exigências serem legítimas, acabaram por prejudicar a coesão do tecido social do país. Tornaram o governo disfuncional, sem liderança efetiva e sem diretrizes explícitas.

Soma-se a isso o crescimento de sentimentos de apatia por parte dos novos imigrantes russos, da elite - que se refugia em Eilat - e dos jovens israelenses que não servem no exército. A disciplina, dedicação e comprometimento que permitiu a criação do Estado e seu sucesso inicial estariam dissipando-se aceleradamente, levando-o à ruína. Shavit argumenta, portanto, que o país precisa atuar imediatamente para “recuperar a sua antiga potência, seja para a paz ou para a guerra.” Shavit também enxerga como tragédia o fato de que, externamente, Israel perde apoio. Os judeus da diáspora afastam-se, paulatinamente, da religião e da cultura judaica e, sobretudo, da situação israelense.

A necessidade de fortalecimento do país não atende apenas a problemas internos, mas igualmente a ameaças externas. Dentre elas, Shavit preocupa-se principalmente com a nuclearização do Irã. O autor acredita fortemente que o Irã tenciona produzir arsenal nuclear. Critica a reação tardia do Ocidente no que concerne à implementação de sanções à economia iraniana. Shavit alega que o Irã não agirá de “forma restrita e responsável”, tal como Israel, quando adquira armamentos nucleares. Por essa razão, e pela proliferação nuclear que pode gerar na região (tanto em relação a Estados como a grupos terroristas), Shavit acredita que todos os meios devem ser considerados para impedir que o Irã alcance o seu objetivo nuclear.

Shavit, entretanto, não se mostra um defensor inequívoco das armas nucleares. Ao tratar da tentativa de Israel de tornar-se uma potência nuclear na década de 1960, Shavit argumenta que o projeto Dimona assegurou segurança e estabilidade para o país por décadas, uma vez que Israel podia, pela primeira vez, garantir a sua própria proteção. Shavit, contudo, questiona se Dimona garantiu a sobrevivência de Israel ou se

incitou uma corrida nuclear no Oriente Médio. “(...) E eu ousou dizer que aqui há uma tragédia. Nós trouxemos não apenas água para o Negev mas água pesada (...) E até hoje é ainda impossível saber se esse feito é uma benção para as próximas gerações ou uma maldição.”¹²

Não cabe questionar se a ameaça sentida por Israel e por seus cidadãos é fundamentada, à luz do seu poderio militar e do seu monopólio nuclear na região. O cerne da questão é de que há percepção de ameaça e, sendo essa tão importante quanto a realidade, tem implicações sobre a política e o comportamento do governo e da sociedade. O autor, no entanto, é otimista e esperançoso. Sente-se parte de um povo resiliente e corajoso, “Pessoas que vieram da morte e que estavam cercadas por morte, mas que mesmo assim conseguiram proporcionar um espetacular espetáculo de vida.”¹³

Além de uma escrita hábil e fluida, Shavit é capaz de afastar-se da tradicional narrativa impessoal e colocar-se dentro dos próprios acontecimentos, atuando, concomitantemente, como sujeito e objeto da história israelense. Comemora os triunfos e debate-se contra as tragédias relacionadas à criação do seu país. Insere-se não apenas dentro da vibrante sociedade israelense, do seu crescimento econômico, da sua inovação tecnológica, mas também, da culpa pela falta de resolução do conflito israelo-palestino, do mal representado pelos assentamentos e pelas deficiências do Estado.

O autor apresenta seus argumentos principais – ocupação e intimidação; triunfo e tragédia; deterioração da república israelense- ao longo de uma narrativa constituída por temáticas, que pretende lidar com a complexidade do estado e da sociedade israelense. O livro não contém uma linha argumentativa linear e, por essa razão, pode dar a impressão de ser desconexo e solto. Há saltos temporais, que prejudicam um possível entendimento cronológico dos acontecimentos históricos .

O autor, no entanto, concentra sua análise nos diferentes grupos sociais israelenses que influenciaram, substancialmente, os rumos da nação e que são, em grande parte, esquecidos por muitos estudiosos do assunto. Pode-se dizer que o autor peca por não discorrer sobre alguns períodos da história de Israel ,tais como a guerra do

¹² p.197 “(...)And I dare say to him that there is a tragedy here. We brought not only water to the Negev but heavy water(...)And to this day it is still impossible to know if this deed is a blessing for generations to come or a malignant curse.”

¹³ p.419 “(...)People that have come from death and were surrounded by death but who nevertheless put up a spectacular spectacle of life.

Líbano de 1982, porém, em geral, o livro proporciona minuciosa descrição e compreensão dos fatos e personagens históricos dentro do conflito israelo-palestino.

Shavit é, ao mesmo tempo, liberal e sionista. Sua perspectiva sionista sente-se no tratamento do Irã como ameaça existencial à Israel. O autor, no entanto, além de propor o fim da ocupação, envolve-se emocionalmente com a catástrofe palestina (nakba). Seu amor pelo país, seu comprometimento com a causa sionista, não prejudicam sua capacidade de criticar Israel, o que engrandece ainda mais sua obra. Seu livro é intrigante e complexo. É a junção de conflitos não-resolvidos, provocações, angústia pessoal e compaixão pelos dois povos. Shavit transmite, com a mesma empatia e consideração, o desespero dos judeus que fugiam do Holocausto e o sentimento de injustiça feita aos palestinos.

Talvez, de fato, como vêm apontando alguns críticos, a principal contribuição do livro de Shavit esteja no fato de que o autor, por encontrar-se dentro do sistema, tem muito mais chance de se fazer ouvir do que acadêmicos estrangeiros, e de maior capacidade de influenciar a opinião pública israelense do que os novos historiadores dos anos 1980 e 1990. A substantiva aclamação do livro em Israel parece denotar um caminho positivo de mudança. Aguardemos.